



Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores

São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas)- OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014. 202 p.

Conselho Projeto Memória da OSM-SP

Silvia Beatriz Adoue¹

Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores reúne registros que comprovam a efetividade e capilaridade dos mecanismos de repressão no cotidiano operário nas fábricas e bairros de São Paulo e, por outro lado, a demonstração dos recursos e do projeto, criados e elaborados de forma perseverante, desde 1967, por operários e operárias, para resistir à ditadura, transformar a estrutura sindical e mudar a sociedade. É resultado de processo de pesquisa iniciado em 2007, com o lançamento do *Projeto Memória* da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, continuado em 2010 com o início da campanha *Contemos a nossa história – os mecanismos de repressão e perseguição política durante a ditadura*, e concluído em 2014, com a entrega à Comissão de Anistia deste trabalho. A construção do livro contou com o apoio do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Sua autoria é coletiva: o Conselho Político do Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo (OSM-SP), apoiado pela equipe do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) e por pesquisadores colaboradores.

O livro está organizado em três capítulos centrais: 1) *A ditadura militar de 1964-1985*, 2) *O sindicato, a oposição e as eleições*, 3) *A associação anti-operária*, que se desdobram, particularmente este último, em um mosaico de subtemas, como, por exemplo, *Nossas bravas mulheres* e *Operários no Parlamento*. O primeiro capítulo contextualiza o golpe de 1964 em um campo dividido política e

socialmente pelo confronto entre as chamadas *Frente nacionalista* e *Frente entreguista*, analisa os fundamentos do chamado “milagre econômico brasileiro” e trata da resistência e das lutas pelo fim da ditadura.

O segundo capítulo debruça-se sobre o papel social, político e econômico da categoria metalúrgica e do sindicato nas lutas dos anos 1950-1960 e apresenta um importante balanço da história da OSM-SP, com ênfase para sua participação nas disputas eleitorais pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Destaca-se o diagnóstico, realista e atual (em tempos em que parece que a política e o poder resumem-se a eleições e disputas intrapartidárias), apresentado por experientes lideranças da OSM-SP, Vito Gianotti e Waldemar Rossi, de que havia, então, três polos de poder no Brasil: o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo/FIESP e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Do ponto de vista econômico, a indústria metalúrgica paulistana produzia de tudo: máquinas, peças de avião e até tanques de guerra, configurando-se, assim, como ramo estratégico. A OSM-SP descobriu uma forma original de organização, constituindo-se como *frente de trabalhadores*, reunindo operários e operárias combativos de diversas correntes políticas e ideológicas, que se submetiam às regras do coletivo não se tratando, portanto, de uma frente de tendências ou grupos políticos. Este coletivo funcionava democraticamente, adotando decisões por maioria em suas assembleias. Estava ancorado em três fundamentos: trabalhadores que tomaram consciência da luta sindical a partir da militância cristã de esquerda na Juventude Operária Católica (JOC), na Ação Operária Católica (ACO) e no Movimento dos Trabalhadores Cristãos; militantes das organizações de esquerda e trabalhadores que despertaram para a luta pela questão fabril ou sindical.

Característica marcante da OSM-SP foi seu esforço em promover a organização de base, nos locais de trabalho, com as comissões de fábrica, e nos locais de moradia, com a articulação com os movimentos populares. As comissões de fábrica, embora compusessem as tradições do movimento operário antes de 1964, foram duramente reprimidas logo após o golpe, com a intervenção no sindicato e a perseguição a milhares de delegados sindicais. No período de atuação da OSM-SP, o projeto de formação de comissões é retomado como parte de uma concepção sindical que visava destruir a estrutura oficial burocratizada e criar estruturas horizontais de poder. Assim, as comissões eram concebidas não apenas como formas de organização por local de trabalho, mas também como contrapoder aos pelegos e aos patrões. Foram exaustivamente estudadas as experiências do movimento operário italiano, das *Comisiones Obreras* espanholas, do Maio de 1968 na França, dos Cordões Industriais chilenos. Outra prática de contrapoder, criada pela OSM-SP a partir de 1974, foram as Interfábricas, como relata Helio Bombardi, que reuniam

pessoas de várias fábricas de uma determinada região para discutir suas experiências e articular lutas.

O relato que segue, ainda no Capítulo 2, sobre as disputas eleitorais pela direção do Sindicato, evidencia uma das causas principais da derrota do contrapoder operário e do projeto da OSM: a estreita articulação entre o Estado ditatorial, o empresariado e o Sindicato, com vistas a impedir, por todos os meios disponíveis, que a oposição disputasse as eleições. Caso conseguisse disputar, não deveria ganhar e, se ganhasse, não poderia tomar posse – parafraseando as recomendações de Carlos Lacerda em relação à participação de Getúlio Vargas nas eleições de 1950. O bloqueio à OSM-SP tomou várias formas: trabalhadores que expunham seus nomes em chapa da oposição corriam o risco de serem sumariamente demitidos; as prisões de lideranças e seu enquadramento da Lei de Segurança Nacional (LSN) impediu a oposição de concorrer nas eleições de 1975; a fiscalização do processo eleitoral era boicotada, urnas chegavam sem lacre ao local de apuração; o aparato assistencial do sindicato e a relação com os operários aposentados eram usados maciçamente para manter um bem controlado “curral eleitoral”; verificava-se a mobilização de capangas para agredir membros da oposição em assembleias e nas campanhas eleitorais. Finalmente, nas eleições de 1978, a posse à diretoria do Sindicato foi dada diretamente pelo Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, apesar do pleito ter sido anulado pelo Procurador Osvaldo Preuss devido às fraudes comprovadas. Em 1993, a OSM-SP participa de eleições pela última vez. Surgira, então, um novo obstáculo: a CUT abandonava a política de apoio às oposições sindicais, estabelecendo com a Força Sindical um acordo tácito, segundo o qual “a CUT para de tentar ganhar sindicatos da Força Sindical, a disputa é congelada, cada um fica com o que já conquistou”².

Alguns temas tratados no Capítulo 3 do ponto de vista da repressão ao movimento operário poderiam ser trazidos para o capítulo 2, por fazerem parte do que o livro designa a *Saga da Oposição Metalúrgica de São Paulo*. A participação decisiva nas greves de 1978 e 1979, construídas ao arpejo da vontade da direção do Sindicato e fortemente reprimidas, representam momento heroico de luta da classe operária no Brasil, à altura das greves do ABC na mesma época, embora com menor alcance e duração, pelo boicote do próprio sindicato. Destacam-se também o relato da atuação dos quatro militantes da OSM-SP eleitos parlamentares por diferentes legendas em momentos diferentes: Aurélio Peres, Chico Gordo, Anizio Batista e Vital Nolasco e, ainda, a atuação das mulheres metalúrgicas, em especial na articulação do Movimento do Custo de Vida, importante fórum de organização dos embates contra a carestia e de articulação dos movimentos populares de bairro e fábrica nos anos 1970.

O Capítulo 3 traz, talvez, a parte mais substantiva do livro, por desvendar algo negligenciado pelas interpretações marcadas por uma visada excessivamente política das causas e natureza do golpe civil-militar de 1964: os fundamentos socioeconômicos do novo bloco de poder. Sabemos hoje que a ditadura civil-militar foi desenvolvimentista e industrializante e que a dinâmica que possibilitou o crescimento acelerado do PIB e da produção industrial foram fonte fundamental de legitimação política do regime. Sabemos também que esse crescimento beneficiou-se da política de arrocho salarial estabelecida pela Lei 4725/65, do fim da estabilidade no emprego, da intervenção nos sindicatos e da virtual proibição das greves pela Lei 4330/64 (em 1971 não se registrou uma greve sequer no país). O que este livro acrescenta é revelar como os mecanismos da nova engenharia repressiva constituíram-se a partir de estreita colaboração entre exército, polícia política, empresariado e sindicato, penetrando no cotidiano fabril. Esse novo regime fabril contava com estruturas pré-existentes, que foram revigoradas, amplificadas, reforçadas e ligadas a novas estruturas a fim de neutralizar qualquer forma de resistência e extrair a maior taxa de mais valia possível nas condições dadas.

Os mecanismos de repressão eram variados: prisão seletiva das lideranças, prisões nos locais e durante o horário de trabalho a fim de intimidar a todos, prisão de familiares de trabalhadores, torturas, assassinatos de lideranças como Olavo Hanssen, Luiz Hirata, Manoel Fiel Filho, Santo Dias, demissões de ativistas por razões políticas, organização das chamadas “listas negras”, com virtual “expulsão” da categoria metalúrgica com a negação de oportunidades de trabalho a quem registrava algum tipo de participação em greves, lutas, ações na Justiça. Repressão massiva às lutas coletivas. As chefias das divisões de Recursos Humanos ou de Relações Industriais se organizaram formal e informalmente em determinadas regiões para trocar informações sobre trabalhadores perigosos ou indesejáveis. Bastava que fosse descoberto que o trabalhador recorreu à Justiça do Trabalho para assegurar direitos contra qualquer empresa em qualquer circunstância para que não fosse contratado. Formou-se uma rede de delatores, integrada inclusive por agentes com formação policial e militar, seja em funções de mando, seja infiltrados no próprio chão da fábrica. Ser filiado ao sindicato, participar de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), ler jornais da “grande imprensa”, receber ou distribuir panfletos fora das fábricas, qualquer destas práticas podia ser motivo para demissão, encaminhamento ao DOPS e até prisão. Os armários eram revistados, a vigilância ocorria até mesmo no ônibus da empresa ou nos locais de reunião nos bairros. O Sindicato dos Metalúrgicos colaborava estreitamente com a repressão, denunciando o nome de operários ligados à OSM-SP para os patrões e a polícia. As empresas, por sua vez, colaboravam

com a repressão, com dinheiro, meios materiais, informações sobre seus empregados, repressão dentro e fora das fábricas.

O livro *Investigação Operária*, portanto, constitui material imprescindível para se conhecer os interesses que solidificaram a aliança entre empresários, militares, policiais e pelegos na sustentação de um regime que permitiu a manutenção e o deslanche de um modelo que combinou desenvolvimento com concentração dos privilégios, do poder e do dinheiro. É trabalho mais atual do que nunca, pois foram as razões desta articulação que a “transição transada” para o regime democrático quis apagar de nossa visão, a fim de que sua essência fosse preservada e perdurasse. Conhecer o inimigo em um momento em que atuava com a desfaçatez da plena impunidade pode ajudar a desvelar seus segredos hoje em dia.

NOTAS

1. Foi metalúrgica, operária de vidro, operária de couro e operária de gráfica. Doutora em Letras pela FFLCH-USP (2009), Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-USP (2001). Atualmente leciona na Escola Nacional Florestan Fernandes e é professora doutora na UNESP/Araraquara. Contato da autora: sbadou@hotmai.com.

2. CONSELHO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. *Investigação operária*: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas), OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014. p. 79.